

# As fontes do crescimento econômico das cidades médias do Estado do Paraná<sup>1</sup>

Amarildo Hersen<sup>2</sup>  
Jandir Ferrera de Lima<sup>3</sup>  
Alessandro dos Santos<sup>4</sup>  
Cezar Lima<sup>5</sup>

## RESUMO

O objetivo desse artigo é identificar as fontes de crescimento econômico das cidades médias do Estado do Paraná, através das variáveis emprego e Produto, no período de 2002 a 2007. Para tanto, utilizou-se o método estrutural-diferencial. Os resultados mostram que existem acentuadas disparidades entre os municípios analisados e as causas estão relacionadas ao maior ou menor dinamismo dos setores produtivos e a vantagens locacionais desses municípios.

**Palavras-chave:** economia regional; crescimento econômico; economia urbana.

## ABSTRACT

This paper identify the sources of economic growth of intermediate cities of the Paraná State, using the variables employment and Product, during the period 2002 to 2007. Therefore, we used the method shift and share. The results show that there are wide disparities between the municipalities analyzed and the causes are related to a greater or lesser dynamism of the productive sectors and the locational advantages of these municipalities.

**Keywords:** regional economy; economic growth; urban economics.

## 1. INTRODUÇÃO

A economia paranaense, nas décadas recentes, vem passando por uma série de mudanças estruturais em função de novas configurações na sua base produtiva que produziram efeitos na dinâmica social, econômica e espacial das cidades. As novas configurações ocorridas na base produtivas do Estado foram a modernização do setor agropecuário, o desenvolvimento de unidades agroindustriais e a implantação e desenvolvimento de ramos industriais com maior teor tecnológico, que gradativamente tornaram-se os maiores responsáveis pela geração de produto e emprego no Estado. Na Região Metropolitana de Curitiba a atração, através de

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem as importantes considerações feitas pelos pareceristas.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Professor de Economia da Faculdade Guarapuava e UNICENTRO. E-mail: amarildoherzen@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Ph.D. Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC)/Canadá. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE/Campus de Toledo. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail: jandir@unioeste.br.

<sup>4</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela UNICENTRO. E-mail: alessandrosantos.fg@hotmail.com.

<sup>5</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela UNICENTRO. E-mail: [cezar\\_delima@hotmail.com](mailto:cezar_delima@hotmail.com).

mecanismo governamental, de grandes montadoras de automóveis e, conseqüentemente, de empresas relacionadas colocaram em ascendência atividades com maior conteúdo tecnológico e dinamismo econômico. Já no interior do Estado, a agroindústria paranaense continua como fator de sustentação de grande parte da atividade econômica. Por isso, no seu conjunto o Estado do Paraná manteve taxas positivas de crescimento econômico nas últimas décadas.

O fato de o Estado apresentar índices elevados de crescimento econômico não necessariamente implica que todos os municípios devam evidenciar índices semelhantes. Os setores pujantes do crescimento econômico são diferentes de um município para outro e também os municípios podem não entrar em sintonia com a política econômica adotada pelo Estado ou País, implicando em taxas de crescimento econômico destoantes.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo identificar o crescimento econômico dos municípios médios não metropolitanos do Estado do Paraná sendo esses Apucarana, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa e Toledo. Para tanto se faz uso do método estrutural-diferencial, por meio das variáveis emprego e Produto Interno Bruto (PIB), no período 2002 a 2007.

O trabalho encontra-se exposto em cinco seções, sendo iniciado por esta introdução. A segunda seção apresenta a dinâmica do crescimento econômico sofrida pelo Estado do Paraná – que se deu de forma heterogênea – e a caracterização das cidades médias. A terceira seção traz a fundamentação teórica e metodológica. A quarta seção evidencia os resultados decorrentes da pesquisa e a quinta seção traz as conclusões alcançadas.

## **2. A Dinâmica do Crescimento Econômico Paranaense**

A base econômica e industrial do Estado do Paraná, até a década de 1960, estava atrelada aos ciclos de exploração e beneficiamento de produtos naturais. Nota-se, nessa fase, grande carência de mercados dinâmicos, de infra-estrutura, de disponibilidade de capitais para investimentos e carência de sistema de apoio ao financiamento para inversão produtiva. No entanto, a partir da década de 1960, com a intervenção do Estado no desenvolvimento econômico paranaense a realidade começa a mudar. Na década de 1960, com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), foram possibilitados os recursos físicos e financeiros para a construção da infra-estrutura básica do Estado.

A elevação dos investimentos na esfera nacional somada à consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – na década de 1970 – e ainda a dinâmica agrícola propiciaram ao Estado do Paraná uma transformação econômica até então não verificada. A partir da década

de 1960 a economia paranaense experimenta expressivo dinamismo e diversificação. O resultado desse processo é a modernização do setor agropecuário e a atração de plantas industriais. Desenvolve-se assim a nova base produtiva no Estado e a cadeia agroindustrial se tornou o setor mais dinâmico da economia paranaense, onde a modernização da agropecuária proporcionou uma grande expansão da produção de *commodities* (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Moeckel *et al.* (1998), na década de 1970 a lavoura empresarial passou a substituir as culturas alimentares de subsistência e as unidades familiares de produção rural. Os produtores se articularam em torno de grandes cooperativas e formou-se no Estado grandes complexos agroindustriais, consolidando interesses em torno da pecuária de carne, da pecuária do leite, da produção e beneficiamento dos cereais e das oleaginosas, do fumo, do açúcar e do álcool.

Além disso, nesse período, o governo federal desenvolveu políticas de desconcentração regional da indústria brasileira através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Implantado entre 1975 e 1979 o objetivo era consolidar a estratégia de substituição de importação, através de investimentos públicos dirigidos principalmente à matriz energética e para a expansão dos setores de bens de capital e de bens intermediários. Consistia também como meta aumentar a participação do Brasil no comércio internacional (DINIZ FILHO, 2000).

Como o Estado do Paraná, na década de 1970, mostrava-se com bom aparato tecnológico e infraestrutura, bem como, apresentava relativa proximidade geográfica com os grandes centros do País, especialmente com o Estado de São Paulo, o II PND contribuiu para atrair novos investimentos. A contribuição de investimentos pode ser notada principalmente no município de Curitiba, favorecido com o avanço de indústrias de base como papel e celulose e parque cimenteiro (MILWARD, 1999).

Na década de 1980, também chamada de “Década Perdida”, o ritmo de crescimento econômico diminuiu em relação à década anterior. A estagnação da economia brasileira nesse período, que prosseguiu até os primeiros anos da década de 1990, teve em sua raiz, segundo Brum (1996), o esgotamento da matriz industrial; a crise da dívida externa em decorrência da suspensão do crédito ao Brasil; o redirecionamento do capital internacional para os países centrais, devido ao endividamento dos Países em desenvolvimento e falência financeira do Estado brasileiro. Em decorrência da crise que atingiu a economia brasileira nessa década, a economia paranaense, embora de maneira mais branda, teve uma desaceleração de seu crescimento. Contudo, neste período ocorreu uma ampliação e diversificação da indústria do Estado e o PIB paranaense, segundo Verri e Gualda (2001), cresceu 5,7% ao ano em média,

enquanto o PIB brasileiro cresceu em torno de 2,9%.

A partir da década de 1990, a economia paranaense atravessou por um processo intenso de diversificação e modernização de sua base produtiva. Com a estabilidade monetária pós-1994 e retorno do crescimento da economia Brasileira, o Paraná retoma a trajetória de crescimento acelerado percorrido na década de 1970 e interrompido a partir do início da década de 1980. Intensifica-se, pós implantação do Plano Real, uma desconcentração interregional da indústria manufatureira no Brasil, materializada, pela decisão de construção de novas unidades produtivas em centros de porte médio e grande, dotados de infraestrutura (física, tecnológica e científica) adequada e situados estrategicamente fora do eixo, saturado, formado por Rio e São Paulo (LOURENÇO, 2005).

Também, nesse período, foi delineado no Estado do Paraná um ciclo de investimentos estruturantes. Como destaque tem-se o pólo automobilístico, a modernização da agroindústria, a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papelero, a expansão da fronteira internacional (Mercosul), o melhor aproveitamento das dotações do Estado e o desenvolvimento das aptidões regionais. Assim, no final do século XX a indústria estadual ampliou e diversificou sua capacidade instalada aproximando sua estrutura industrial à estrutura industrial do Brasil. Segundo Nojima (2002), os efeitos dessa reformulação se refletiram na diminuição da dependência excessiva do complexo soja e na maior presença do material de transporte nas exportações do Estado.

No final da década de 1990, os setores agrícola e agroindustrial não escaparam das tendências mais gerais de reorganização produtiva já assinalada, consolidando ramos de maior agregação de valor e capacidade de inserção no mercado nacional e internacional. Ocorreu acentuada verticalização agrícola e agroindustrial e redução da comercialização de *commodities*, com reduzidas margens. Esse processo vem sendo liderado pelas cooperativas que dominam a oferta de matéria-prima no Estado e detêm expressiva parcela da capacidade de industrialização (LOURENÇO, 2005; SCATOLIN e FRUET, 2003). Além disso, conforme Oliveira (2001), essas organizações atuam de forma regionalizada, o que facilita tanto a identificação de oportunidades, quanto a alocação de recursos de forma mais eficiente, junto às regiões produtoras.

Neste cenário, percebe-se que a estrutura produtiva do Paraná tem se diversificado nos últimos anos, se diferenciando dos ciclos primários e intermediários predominantes no passado. Essas transformações colocaram o Paraná, em 2003, na quinta posição do *ranking* de estados mais industrializados do Brasil (LOURENÇO, 2005). Porém, o dinamismo recente da economia brasileira não foi suficiente para desconcentrar de forma expressiva a distribuição

espacial das atividades produtivas entre as Mesorregiões do Estado. Há uma concentração da indústria (principalmente dos setores mais modernos da economia) e do emprego na Mesorregião Metropolitana de Curitiba.

Quanto à concentração da atividade industrial na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, segundo Oliveira (2001), é uma consequência das políticas públicas de industrialização realizadas pelo Estado que propiciaram grandes incentivos para as indústrias se instalarem nessa região, em detrimento das demais. Essa concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba, diferenciada das demais regiões do Paraná possibilita a repartição do mapa do Estado em duas grandes regiões, discutidas na sequência.

## **2.1 As Duas Grandes Regiões do Estado do Paraná: Metropolitana e Não-Metropolitana**

As Regiões Metropolitanas brasileiras foram institucionalizadas na década de 1970, no bojo de uma política nacional de desenvolvimento urbano, intimamente relacionada à expansão das multinacionais como forma de produção industrial e à consolidação da metrópole como parte desse processo. As Regiões Metropolitanas foram definidas como áreas administrativas formadas pelos maiores municípios do País e os municípios a eles conurbados. Elas surgiram da necessidade de resolver um conjunto de problemas que iam além da competência política das esferas do poder municipal e, também, forneciam um quadro administrativo capaz de responder às novas realidades surgidas pelo intenso e rápido processo de urbanização e industrialização do Brasil (FIRKOWSKI e MOURA, 2001).

A Lei Complementar Federal nº14 de 1973 instituiu as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. No ano seguinte, após a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, foi instituída a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através da Lei Complementar Federal nº 20 de 01 de julho de 1974. Na tentativa de reverter o quadro metropolitano centralizado e homogêneo que se desenvolveu sob a vigência da Constituição de 1967, a Constituição de 1988 transferiu a competência de instituir regiões metropolitanas da União para os estados-membros.

Dada a intensa concentração da indústria na área metropolitana do Paraná, Rolim (1995) visualiza o Paraná dividido em dois grandes espaços: o Paraná Urbano e o Paraná do Agronegócio. Este recorte pode apresentar uma dimensão mais abrangente, denominando-as como Região Metropolitana (RM) e Região Não Metropolitana (RNM), respectivamente. Ambas apresentam diferenças territoriais físicas e sociais.

Segundo Rolim (1995), na área Metropolitana de Curitiba aconteceu a principal inserção

do Paraná na economia urbano-industrial do Brasil; ali também houve as principais transformações industriais do Estado. A estrutura industrial gradativamente desligou-se da base agroindustrial para concentrar-se em setores modernos, voltados ao mercado nacional e internacional. A dinâmica desse Paraná preocupou-se cada vez mais com questões relativas à manutenção da competitividade no contexto nacional e internacional. As demandas sobre os recursos do Estado tiveram características diferenciadas daquelas exercidas pela parcela do agronegócio.

A Região do Agronegócio do Paraná passou por várias crises, como a de movimentos migratórios para fora do Estado por duas décadas seguidas. Todas as contradições da agricultura brasileira estão presentes nesta região, desde a agricultura moderna até a agricultura familiar, com diferentes graus de assimilação de progresso tecnológico; da produção de alimentos à produção de insumos industriais (VERONEZE e FERRERA DE LIMA, 2003).

## **2.2 Os Diferentes Portes e Características das Cidades**

A formalização da existência da cidade, foi se dando na medida em que as relações entre os cidadãos e produtores do campo, foram sendo institucionalizadas, de forma a assegurar a transferência de mais produto à cidade. O convívio urbano reunia uma massa de consumo capaz de impulsionar a divisão interna do trabalho, repercutindo no desenvolvimento das forças produtivas. As funções da cidade estão a cada momento assumindo outros rumos, pois a cidade é fruto da divisão social do trabalho, sobretudo a partir das comunidades agrárias (SINGER, 2002).

Pode ser observado que a origem da cidade vincula-se à existência de uma ou mais funções urbanas, que podem ser industrial, comercial, cultural, entre outras. Ela nasce de uma necessidade humana que deseja organizar determinados espaços para se integrar. Assim, Carlos (1992), define cidade como um agrupamento cujos meios de existência normais consistem na concentração de formas de trabalho que não são as consagradas à cultura, mas sim ao comércio e à indústria.

Na cidade industrial, há também uma transformação radical. A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção e o espaço da cidade, organizado como lócus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca. A cidade se transforma, também, em produto industrial, segundo as mesmas leis econômicas que regem a produção. O espaço privilegiado da reprodução da sociedade fica, então, subordinado à lógica

do industrialismo e às necessidades da indústria e, como tal, deve reunir as condições de produção necessárias (CARLOS, 1992). As grandes cidades industriais estendem-se, assim, sobre suas periferias de modo a acomodar as indústrias, seus provedores e trabalhadores, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno: as regiões metropolitanas.

Santos (1996) questiona o que é uma cidade grande, uma cidade média, ou uma cidade pequena. Para o autor há cinquenta anos, quando o Brasil possuía pouco mais de cinquenta milhões de habitantes, dos quais apenas um terço estava urbanizado, uma cidade com 100 mil habitantes poderia ser considerada de grande porte (Campinas, por exemplo, possuía 123 mil habitantes em 1950). Hoje, com a população mais que triplicada e uma urbanização acima de 80%, esse patamar torna-se bem mais alto. Considera que nos dias de hoje, nas áreas mais desenvolvidas, só poderiam ser consideradas de médio porte as cidades com mais de 100 mil habitantes.

### 3. ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para Kuznets (1983), o crescimento econômico de um país pode ser definido como o aumento a longo prazo da sua capacidade de oferecer à população bens econômicos cada vez mais diversificados, baseando-se esta capacidade crescente numa tecnologia avançada e nos ajustamentos institucionais e ideológicos que esta exige. Esta definição enquadra-se na perspectiva econômica de longo prazo, segundo três aspectos essenciais: i. crescimento temporal identificado no longo prazo; ii. o resultado do aumento da oferta de bens em quantidade e qualidade; iii. o progresso tecnológico.

Crescimento Econômico é o crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ou *per capita*, ao longo do tempo. O crescimento econômico pode ser visto ainda como o aumento da capacidade produtiva da economia, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, definindo-se basicamente, pelo índice de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB), pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela produção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico (SOUZA, 1999).

As teorias e a evolução do pensamento econômico passaram a considerar a variável espaço nos estudos sobre o crescimento e na análise do potencial das regiões, a partir de 1938, utilizando-se dos trabalhos de Marshall (1982). A incorporação dessa variável originou a concepção de espaço econômico polarizado passando a ter papel importante ao considerar o espaço como o local onde os fatores de produção são distribuídos, utilizando-se da economia

para estudar e compreender a exploração desse espaço na geração de riquezas. Nos anos 50 e 60, o debate sobre o crescimento regional e urbano recebeu a influência direta de todas as correntes principais das chamadas teorias do crescimento econômico, ocorrendo uma transposição do debate nacional e internacional para a escala regional (BRANDÃO, 2004).

Como o espaço tem toda uma implicação na determinação da otimização da produção, na determinação de preços de equilíbrio, na dispersão das pessoas e recursos, nas possibilidades de exploração da natureza e na forma de produzir o crescimento em diferentes locais, o mesmo interfere no crescimento econômico, bem como em diferentes tipos de regionalização (LIMA, 2003).

A Teoria dos Pólos de Crescimento, desenvolvida por François Perroux em 1955, enfatiza que o crescimento econômico não se faz de forma difusa, mas manifesta-se em certos pontos, chamados pólos de crescimento, com intensidades e efeitos variáveis sobre o conjunto da economia. O crescimento econômico se dá de forma polarizada, ou seja, existem regiões que se tornam pólos de crescimento atraindo dessa forma capital e força de trabalho, e outras que se tornam pólos de repulsão dos mesmos elementos (SOUZA, 1999).

O crescimento é gerado por fatores autônomos, como o investimento e a demanda por exportação, valorizando o potencial das relações interindustriais, a partir do qual a instalação de uma ou mais empresas permitiria a atração de outras empresas para a mesma região (JACCOUD, 2001). Assim, o crescimento econômico é próprio de áreas favorecidas por variadas circunstâncias, onde surge uma indústria motriz e, como consequência, como reflexo da ação dessa indústria o crescimento se expande, transbordando para as regiões que a cercam, que são para ela polarizadas (ANDRADE, 1987).

### **3.1. Procedimentos Metodológicos**

O modelo estrutural-diferencial consiste em gerar informações relevantes para uma organização, seja ela estadual, regional, municipal ou privada; por este método ser considerado o mais indicado para a análise das variáveis do estudo e por ter como ponto de partida a teoria econômica. A aplicação do método estrutural-diferencial neste estudo consiste em identificar, dentro da perspectiva regional, a razão pela qual certas regiões crescem (ou decrescem) mais rapidamente em comparação a outras. Assim, determinada região poderá apresentar um crescimento econômico maior do que outras devido à existência de uma estrutura produtiva mais eficiente, em razão da presença de setores mais dinâmicos. Sendo



assim, a composição do emprego em um determinado setor da economia apresentará variações de acordo com a região na qual está inserida (CARVALHO, 1979).

Nesse método, cuja descrição baseia-se em Haddad e Andrade (1989), Pereira (1997) e Pereira e Campanile (1999), admite-se que o crescimento de determinado setor, numa determinada região, pode ser decomposto num efeito estrutural ou proporcional e num efeito diferencial ou regional. O efeito estrutural reflete a composição setorial regional, indicando, quando positivo, a predominância de setores mais dinâmicos da economia, ou seja, de setores com taxa de crescimento maior do que a do conjunto da economia. Já o efeito diferencial indica, quando positivo, que a região está crescendo pela presença de fatores locais. Partindo da matriz de informações, formula-se a relação existente entre as variações do emprego regional com as do setor em nível nacional e com as do emprego total do país.

Quadro 1 – Matriz de Informações

Setores/Regiões	R <sub>1</sub>	R <sub>2</sub>	...	R <sub>i</sub>	$\sum i$
S <sub>1</sub>	E <sub>11</sub>	E <sub>12</sub>	...	E <sub>1j</sub>	E <sub>1n</sub>
S <sub>2</sub>	E <sub>21</sub>	E <sub>22</sub>	...	E <sub>2j</sub>	E <sub>2n</sub>
...	...	...	...	...	...
S <sub>i</sub>	E <sub>i1</sub>	E <sub>i2</sub>	...	E <sub>ij</sub>	E <sub>in</sub>
$\sum i$	E <sub>r1</sub>	E <sub>r2</sub>	...	E <sub>rj</sub>	E <sub>rn</sub>

Fonte: Elaborado pelos autores

Antes de expor a relação, faz-se necessário definir as variáveis e sua nomenclatura. Desta forma, tem-se:

i) Emprego real

A variação do emprego real no setor “i” da região “j” ( $\Delta Eij$ ), no período que se analisa é dada por:

$$\sum ij = \sum^1 ij - \sum^0 ij \tag{1}$$

Em que:  $E^1 ij$  : emprego no período final e  $E^0 ij$  : Emprego no período inicial.

Sendo que a taxa de crescimento do emprego é dado por:

$$T\Sigma_{ij} = \frac{\Delta E_{ij}}{E^0_{ij}} = \frac{E^1_{ij} - E^0_{ij}}{E^0_{ij}} = \frac{E^1_{ij}}{E^0_{ij}} - 1 \quad (2)$$

Dessa forma poderíamos representar a variação do emprego como sendo:

$$\Delta E_{ij} = E^0_{ij}(e_{ij} - 1) \quad (3)$$

no qual:  $e_{ij}$  - é o índice de crescimento do emprego do setor “i” na região “j”, e é dado por:

$$e_{ij} = \frac{E^1_{ij}}{E^0_{ij}} \quad (4)$$

Da mesma forma, para o emprego em nível nacional e setorial, teríamos:  $e$ , representando o índice de variação do emprego nacional; representando o índice de variação do emprego do setor “i” nacional.

ii) Componente Nacional

O componente Nacional ( $EN$ ) é aquele que a região “j” teria se seu emprego tivesse crescido com a mesma taxa do emprego em nível nacional, e pode ser representado por:

$$EN = E^0_{ij}(e - 1) \quad (5)$$

iii) Componente Estrutural

O componente estrutural ( $EE$ ) é aquele representado pela diferença entre o crescimento do emprego no setor “i” a nível nacional e o crescimento do emprego geral no país. Assim para a região “j”, esse pode ser representado da seguinte forma:

$$EE = E^0_{ij}(e_i - e) \quad (6)$$

iv) Componente Diferencial

O componente diferencial ( $EC$ ) é dado pela diferença entre o crescimento do emprego do setor “ $i$ ” a nível nacional e do emprego do setor “ $i$ ” na região “ $j$ ”, e podendo ser representado por:

$$EC = E^0_{ij} (e_{ij} - e_i) \quad (7)$$

v) Efeito Líquido

Se subtrairmos a variação teórica do emprego da variação do emprego real, teremos uma equação que mostra os efeitos líquidos, ou seja, uma equação que mostra a relação dos efeitos estruturais e diferenciais, explicando a diferença entre o crescimento do emprego do setor “ $i$ ” da região “ $j$ ” e o apresentado em nível nacional, ou seja:

$$\Delta E_{ij} = EN + EE + EC \quad (8)$$

$$\Delta E_{ij} - EN = EE + EC \quad (9)$$

Essa última equação, que representa o efeito líquido na variação do emprego dado, pelo efeito estrutural e diferencial para o setor “ $i$ ” da região “ $j$ ”, pode ser ampliada para todos os setores da região, de forma a termos o efeito líquido total da região.

Para isso, somamos todos os efeitos líquidos ( $EL_j$ ) de cada setor da região “ $j$ ”, ou seja, os efeitos estruturais ( $EE_j$ ) e diferenciais ( $EC_j$ ) desse setor:

$$\sum_i EL_j = \sum_i EE_j + \sum_i EC \quad (10)$$

vi) Interpretação dos efeitos

a) Efeito estrutural: se o efeito estrutural for positivo,  $E^0_{ij} (e_i - e) > 0$ , significa que o setor “ $i$ ” é dinâmico em nível nacional, e a região “ $j$ ” tem seu dinamismo impulsionado por possuir esse setor de forma significativa, ou seja, por ter uma estrutura produtiva que insere setores dinâmicos.

Ocorre o oposto se ele for negativo.

b) Efeito diferencial: se o efeito diferencial for positivo,  $E^0_{ij} (e_{ij} - e_i) > 0$ , significa que a região “ $j$ ” apresenta vantagens locais.

As variáveis utilizadas no modelo são o produto e o emprego, fornecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), respectivamente. No primeiro caso, foi considerado o Produto Interno Bruto, a preços correntes, porque essas informações estão disponíveis desagregadas por atividade econômica. O período de 2002 a 2007 foi selecionado por este apresentar a mesma metodologia de cálculo do PIB.

Para a realização da pesquisa, o critério de seleção das cidades foi baseado em seu tamanho e relevância em relação ao Estado. Sendo assim, a Tabela 1 evidencia as cidades que serão analisadas pela presente pesquisa.

Tabela 1: Cidades médias não-metropolitanas do Paraná

<b>Municípios</b>	<b>População em 2009</b>
Londrina	510.707
Maringá	335.511
Foz do Iguaçu	325.137
Ponta Grossa	314.681
Cascavel	296.254
Guarapuava	172.728
Paranaguá	139.796
Apucarana	121.290
Toledo	116.774

Fonte: IBGE (2009)

Assim, para essa seleção foram utilizados os seguintes critérios em relação aos municípios: (i) localização geográfica não pertencente a Região Metropolitana Federal do Paraná; (ii) população acima de 100.000 habitantes, em 2009.

Dessa maneira, espera-se que as características distintas dessas cidades e suas regiões, em especial quanto à urbanização e à estrutura produtiva, apresentem influências também distintas sobre o emprego e produto, localizadas em cada uma das cidades.

#### **4. O CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS CIDADES MÉDIAS DO PARANÁ**

A competitividade entre as empresas, que é transferida aos setores da economia, é um dos elementos necessários para ocorrência do crescimento da região, pois se cria a necessidade de uma especialização produtiva e elaboração de produtos com maior teor qualitativo. Tal fato exige que os trabalhadores também participem dessa evolução, se especializando. Com isso surgem novas oportunidades de trabalho, pois as atividades produtivas necessitam de

trabalhadores para que seus produtos e ou serviços possam chegar aos consumidores, em conformidade com os padrões estabelecidos. Com o crescimento da demanda por trabalho, de maior e menor qualificação, há um aumento da demanda por bens e serviços ofertados localmente e com ela a expansão das atividades de serviço e comércio. Por isso, a variável emprego é um forte indicador de dinamismo econômico.

A Tabela 2 mostra o percentual médio anual de crescimento do emprego formal, no período 2002 a 2007, das cidades médias Paranaenses e do Estado. Dessa forma consegue-se verificar se as cidades cresceram e se o crescimento que elas apresentaram foi satisfatório, em relação à média do Paraná.

Tabela 2: Taxa de crescimento médio anual do emprego formal nas cidades médias do Estado do Paraná - 2002-2007

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>%</b>
Toledo	9,52
Cascavel	7,51
Apucarana	7,44
Maringá	6,68
Ponta Grossa	6,09
Foz do Iguaçu	5,03
Paranaguá	4,20
Londrina	3,90
Guarapuava	2,61
<b>PARANÁ</b>	<b>6,25</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do banco de dados MTE/RAIS (2009).

No período analisado, o crescimento do emprego em Toledo (9,52%), Cascavel (7,51%), Apucarana (7,44%) e Maringá (6,68%), superou a média do Estado. No entanto, cinco cidades apresentaram um crescimento do emprego inferior ao índice do Estado, sendo estes: Ponta Grossa (6,09%), Foz do Iguaçu (5,03%), Paranaguá (4,20%), Londrina (3,90%) e Guarapuava (2,61%). Destaca-se a cidade de Toledo, que dentre os municípios analisados foi o que demonstrou o melhor índice de crescimento médio do emprego.

A Tabela 3 evidencia o crescimento do emprego total, possibilitando ainda verificar qual elemento mais contribui para tal fato.

As cidades médias paranaenses que apresentam um componente estrutural positivo (EE) têm setores na economia considerados dinâmicos, ou seja, mostram crescimentos superiores às do conjunto da economia estadual. Apenas quatro municípios demonstraram, no período analisado, tais índices de forma positiva, sendo eles: Toledo (1,90%), Apucarana (2,51%),

Maringá (0,69%) e Ponta Grossa (0,32%).

O componente diferencial (EC) pode ser verificado de forma positiva apenas em quatro municípios, sendo estes: Toledo (14,25%), Cascavel (6,58%), Apucarana (3,44%) e Maringá (1,46%). Ao analisar-se o componente diferencial, que evidencia as vantagens locacionais da região (ou, no caso, da cidade), a cidade que apresentou a melhor taxa de crescimento do emprego foi Toledo. De acordo com o método, o município é composto por setores dinâmicos na sua estrutura produtiva. Pode-se perceber no município uma base industrial alicerçada na agroindústria de carnes, fios têxteis, nutrientes animais, indústria farmacêutica e indústria metal mecânica. Essas atividades são demandantes de mão de obra com qualificação específica, formando uma massa salarial significativa na cidade, o que fortalece, por exemplo, o setor terciário.

Tabela 3: Decomposição do crescimento econômico das cidades médias do Paraná pela ótica do emprego, 2002-2007 (%)

MUNICÍPIOS	E N	E E	E C	ET
Toledo	31,24	1,90	14,45	47,59
Cascavel	31,24	-0,28	6,58	37,55
Apucarana	31,24	2,51	3,44	37,19
Maringá	31,24	0,69	1,46	33,39
Ponta Grossa	31,24	0,32	-1,12	30,44
Foz do Iguaçu	31,24	-1,04	-5,07	25,13
Paranaguá	31,24	-1,05	-9,19	21,00
Londrina	31,24	-0,10	-11,64	19,50
Guarapuava	31,24	-0,15	-18,04	13,05

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do banco de dados MTE/RAIS (2009).

Nota: EN: efeito nacional; EE: efeito estrutural; EC: efeito diferencial; ET: efeito total.

Somando os três componentes tem-se o efeito total, que quando superior ao efetivo da variação estadual, as cidades que apresentam essa variação demonstram em sua estrutura positiva setores dinâmicos e compostos de vantagens locacionais, que garantem altas taxas de crescimento. Essa característica pode ser verificada nos municípios de Toledo, Cascavel, Apucarana e Maringá, que apresentaram índices de efeito total superiores ao índice Estadual (EN), ou seja, maior que 31,24%. Os municípios de Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Londrina e Guarapuava apresentaram índices insatisfatórios de crescimento, se mantendo abaixo da taxa de crescimento do emprego do Estado.

#### 4.2. A Decomposição do Crescimento Econômico das Cidades Médias Paranaenses: ótica do Produto

A Tabela 4 demonstra qual foi a taxa de crescimento do Produto, a preços correntes, nas cidades médias consideradas. É possível, também, comparar o desempenho entre os municípios, bem como compara-los individualmente com a média estadual.

Tabela 4: Taxa de crescimento médio anual do Produto Interno Bruto nas Cidades Médias do Estado do Paraná (2002-2007)

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>%</b>
Guarapuava	24,53
Maringá	22,49
Paranaguá	20,96
Cascavel	19,70
Toledo	17,09
Ponta Grossa	15,72
Londrina	15,57
Apucarana	14,13
Foz do Iguaçu	11,80
<b>PARANÁ</b>	<b>16,69</b>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2009).

De acordo com os resultados, todas as cidades médias analisadas apresentaram uma evolução positiva do PIB, entre 2002-2007. Destaque para os municípios de Guarapuava (24,53%), Maringá (22,49%), Paranaguá (20,96%), Cascavel (19,70%) e Toledo (17,09%) que apresentaram taxas médias de crescimento do PIB acima da média estadual. Apenas Ponta Grossa, Londrina, Apucarana e Foz do Iguaçu ficaram abaixo, com uma taxa média anual de crescimento do PIB equivalente a 15,72%, 15,57%, 14,13% e 11,80% respectivamente. A cidade de Guarapuava merece destaque por ter apresentado a maior taxa média anual de crescimento do PIB no período, equivalente a 24,53%.

Com auxílio da Tabela 5 tem-se uma noção mais precisa dos fatores influenciadores do crescimento econômico do PIB nos municípios estudados.

As cidades médias paranaenses que apresentaram componente estrutural positivo, indicando serem detentoras de setores considerados dinâmicos, foram: Guarapuava (1,15%), Maringá (5,73%), Paranaguá (3,14%), Cascavel (3,74%), Ponta Grossa (0,72%), Londrina (5,04%) e Apucarana (2,58%). As cidades de Toledo e Foz do Iguaçu, não demonstraram ser possuidores de setores dinâmicos, pela ótica do produto, apresentando índices estruturais negativos, correspondentes a -2,72% e -2,90% respectivamente.

No componente diferencial, que evidencia a existência de vantagens locacionais, Guarapuava apresentou uma taxa de crescimento de 38,05%, a maior taxa de crescimento dentre os municípios analisados. As cidades de Maringá, Paranaguá, Cascavel e Toledo apresentam índices positivos, porém menos expressivos – 23,28%, 18,23%, 11,31% e 4,73% respectivamente.

Tabela 5: Decomposição do crescimento econômico pela ótica do produto das cidades médias do Estado do Paraná, 2002-2007 (%).

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>E N</b>	<b>E E</b>	<b>E C</b>	<b>ET</b>
Guarapuava	83,45	1,15	38,05	122,66
Maringá	83,45	5,73	23,28	112,46
Paranaguá	83,45	3,14	18,23	104,82
Cascavel	83,45	3,74	11,31	98,50
Toledo	83,45	-2,72	4,73	85,46
Ponta Grossa	83,45	0,72	-5,55	78,62
Londrina	83,45	5,04	-10,64	77,86
Apucarana	83,45	2,58	-15,41	70,63
Foz do Iguaçu	83,45	-2,90	-21,57	58,98

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE (2009).

Em se tratando do crescimento econômico total (ET), nota-se que apenas as cidades de Ponta Grossa, Londrina, Apucarana e Foz do Iguaçu apresentaram percentuais de crescimento médio do PIB abaixo do índice estadual, que foi de 83,45% no período. A cidade de Guarapuava apresentou novamente o maior índice de crescimento do PIB, no período analisado (122,66%), seguida pelas cidades de Maringá (112,46%), Paranaguá (104,82%), Cascavel (98,50%) e Toledo (85,46%).

O expressivo crescimento do PIB guarapuavano está relacionado à existência de grandes áreas agrícolas na região, tecnologicamente avançadas, produtoras principalmente de *commodities*. Tal fator contribui na explicação de um elevado crescimento do PIB desacompanhado de crescimento do emprego formal, tendo em vista que a agricultura, principalmente de grandes áreas, é proporcionalmente pouco expressiva na demanda do fator trabalho.

Outro setor que merece destaque, por contribuir no aumento do produto do município de Guarapuava, é o serviço de ensino. Em meados do início do século XXI a cidade foi bombardeada pela instalação de instituições de ensino, principalmente de nível superior, que somadas às instituições públicas e privadas já existentes tornam o município o pólo de ensino da Região Centro-Sul do Paraná, atraindo grande número de estudantes das cidades



circunvizinhas.

O aumento do PIB do município de Maringá é fortemente representado pela indústria de confecção e de produtos alimentícios, consolidadas na região. Já o município de Paranaguá os serviços portuários contribuem significativamente com o aumento do desempenho do PIB local. Os municípios de Cascavel e Toledo, apesar de apresentarem taxas medianas de crescimento do PIB para o período, são de grande importância para o Estado. O PIB de Cascavel tem forte contribuição dada pelos serviços e comércio, principalmente o atacadista e o município de Toledo tem sua economia favorecida pela Agroindústria e Indústria de Alimentos. As menores expansões do PIB, dentre os municípios analisados corresponderam aos municípios de Ponta Grossa, Londrina, Apucarana e Foz do Iguaçu.

#### **4. CONCLUSÃO**

A formação econômica do Estado do Paraná e sua inserção econômica no mercado nacional, desde a produção cafeeira até a diversificação econômica a partir da década de setenta, foram fortemente impulsionadas pela dinâmica do desenvolvimento da economia nacional. O crescimento industrial paranaense resultou de processos gerais e iniciativas adotadas internamente, com vistas à diferenciação do aparelho produtivo da economia estadual. Esses fatores foram extremamente importantes, principalmente em capacitar o estado quanto à atração de investimentos industriais.

A dinâmica do crescimento foi fortemente impulsionada pelo avanço do capitalismo no campo que exigiu a modernização da produção agropecuária, pelos incentivos gerados pelas políticas de crescimento regional que resultou em maior desconcentração econômica em âmbito nacional e do espraiamento da indústria paulista, que se traduziu em novas possibilidades de desenvolvimento industrial no Paraná.

No entanto o dinamismo econômico se fez de forma desigual, formando dois grandes espaços econômicos no Estado do Paraná: a Região Metropolitana e a Região Não-Metropolitana, ou seja, o Paraná urbano e o do agronegócio. A capital paranaense e seu entorno foram consolidados dentro de um projeto de crescimento nacional por meio da intensificação da industrialização e da sua desconcentração. Infere-se que os ramos industriais tradicionais apresentam forte tendência de concentração ou estão alicerçados no interior do Estado.

Na Região Metropolitana de Curitiba, associada ao seu dinamismo econômico, observa-se um crescente processo de urbanização. Ressalta-se que tal região é um território formalmente constituído e a cidade de Curitiba destaca-se com a principal centralidade dessa mesorregião.

Nessa área aconteceu a principal inserção do Paraná na economia urbano-industrial do Brasil. Ali também houve as principais transformações industriais do Estado. A estrutura industrial gradativamente desligou-se da base agroindustrial para concentrar-se em setores modernos, voltados ao mercado nacional e internacional. A dinâmica desse Paraná preocupou-se cada vez mais com questões relativas à manutenção da competitividade no contexto nacional e internacional.

A RNM constitui-se de várias estruturas produtivas que podem ser delimitadas em outras unidades territoriais, as quais o IBGE delimita tais unidades em mesorregiões e microrregiões, que evidenciam desde a agricultura moderna até a agricultura familiar, com diferentes graus de assimilação de progresso tecnológico. A indústria se faz presente, contudo, menos densamente expressiva ao compararmos com a RM de Curitiba.

Esta pesquisa buscou identificar o crescimento econômico dos municípios médios não-metropolitanos do Paraná, através das variáveis emprego e produto, as quais identificam a existência ou não do crescimento econômico de uma região, utilizando-se do Método Estrutural-Diferencial. Assim sendo, esse método em questão propiciou inferir as razões que fazem com que uma região cresça mais rapidamente que outras em um mesmo período temporal, ou seja, se por influência do crescimento econômico do Estado, por questões da estrutura produtiva se apresentar de forma dinâmica ou fatores locais.

A cidade de Toledo, no período analisado, foi a que apresentou o melhor índice de crescimento médio do emprego (9,52%) superior à média do Estado, que foi de (6,25%). Complementarmente, apresentou taxa de crescimento médio anual do PIB superior ao do Estado do Paraná. Já o município de Guarapuava apresentou índice de crescimento médio do emprego equivalente a 2,61%, o menor índice dentre os municípios analisados, ficando bem abaixo da média estadual. O resultado insatisfatório da cidade de Guarapuava pode ser explicado pelo fato deste estar aumentando seu produto através de setores que demandam menos mão de obra por fazer uso, de forma mais intensa, do fator capital, ou ainda por estar aumentando seu índice de informalidade na produção.

Conclui-se que as cidades de Toledo, Cascavel e Maringá vêm apresentando taxas de crescimento econômico diferenciadas, tanto pela ótica do produto como pela ótica do emprego, evidenciando desta forma que a desigualdade econômica regional pode ser verificada mesmo dentro do Paraná do Agronegócio, dada por dinamicidade na estrutura produtiva e fatores locais.

## 5. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, T. A.; LODDER, C.A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

BRANDÃO, C. A. **Dimensão espacial do subdesenvolvimento**. UNICAMP/IE: Campinas, 2004 (Tese de doutorado).

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARVALHO, L.W. R. Uma aplicação de método estrutural-diferencial para análise do desenvolvimento do Centro-Oeste. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.33, n.3, p.413-440, jul./set., 1979.

DINIZ FILHO, L. **A Dinâmica Regional Recente no Brasil: Desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional**. São Paulo, 2000. Tese de Doutorado.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 3, nº 1, set. 1993.

FIRKOWSKI, O. C. F.; MOURA, R. Regiões metropolitanas e metrópoles: reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no Sul do Brasil. In: **RA’EGA. O espaço geográfico em análise**. Curitiba: Departamento de Geografia/UFPR, v. 5, nº 5, p. 27-46, 2001.

HADDAD, P. R., ANDRADE, T. A. Método de análise diferencial estrutural. In: HADDAD, P. R. (org.). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, p. 249-286, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Dados tabulados em 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: Julho/ 2009.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: Diagnóstico Social e Econômico**. Curitiba: IPARDES, 2003.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Arranjo Automotivo da Região Metropolitana Sul - Curitiba no Estado do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2005.

JACCOUD, L. Experiências internacionais em política regional: o caso da França. **Texto para discussão 815**. Brasília, IPEA, 2001.

KUZNETS, S. **Crescimento Econômico Moderno: ritmo, estrutura e difusão**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

LIMA, J. F. A concepção do espaço econômico polarizado. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, vol. 4, nº 07, p. 7-14, set. 2003.

LOURENÇO, M. Economia Paranaense: rótulos históricos e encaixe recente na dinâmica brasileira. **Revista Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 27, nº11-12, p.8, nov/dez. 2005.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego – Base de dados RAIS. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: agosto/ 2009.

MILWARD, Wilhelm E. Implantação da Indústria Automobilística e Novos Contornos da Região de Curitiba. Curitiba: 1999. Dissertação de Mestrado

MOECKEL, A. *et al.* **Estágio Atual de Desenvolvimento e Tendências de Cinco Segmentos Industriais da Região Metropolitana de Curitiba**, Frente aos Novos Paradigmas Produtivos. Curitiba, 1998.

NOJIMA, A. Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná – 1985/2000. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº103, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PEREIRA, A. S. O método estrutural-diferencial e suas reformulações. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, nº9, p. 93-105, 1997.

PEREIRA, A. S., CAMPANILE, N. O Método estrutural-modificado: uma aplicação para o estado do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 7, nº 13, p. 121-140, 1999.

ROLIM, C. F. O Paraná urbano e o Paraná do *agrobusiness*: as dificuldades pra a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. p.31-55, Curitiba, 1995.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SCATOLIN, F. D.; FRUET, E. B. (Coord.). **Plano de Governo do Paraná 2003-2006: Desenvolvimento sustentável e inclusão social**. Curitiba: 2003. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br>>. Acesso em: 01/05/2009.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VERONEZE, M.; FERRERA DE LIMA, J. Notas sobre a polarização no Paraná: Uma reflexão a partir da aplicação do modelo de *Realy*. **REDES: Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, vol. 8 , nº 02, 2003.

VERRI, E. J.; GUALDA, N. L. P. O desenvolvimento da indústria no Paraná: algumas considerações sobre suas transformações. **Economia em Revista**, Maringá, v. 9, nº1-2, p.47-61, 2001.